

Educação e Propaganda Política nas Escolas e na Imprensa de Alagoínhas (1937-1945)

ELIANA EVANGELISTA BATISTA*

Brasil Brasileiro

*Vinde ver, vinde ouvir, ó, gente de outras terras, / O meu Brasil feliz, altivo e independente, / Do seu seio a tirar das entranhas das serras,
Dos leitos dos seus rios e fontes das nascentes, / O tudo que precisa. A própria vida sua. / O sangue, que, afinal, do coração lhe extua!...*

*Não é o Brasil do ódio e das canções do norte. / Dos sambas, dos batuques nem do carnaval. / É o Brasil renovado, audacioso e forte,
Amparando o direito e reprimindo o mal. / É o Brasil que se ergue em grossas chaminés / Que longe nos parecem troncos dos ipês.*

É o Brasil das lavouras a transformar-se em pão. / Que mata à fome à gente mais feliz do mundo! / É o Brasil das indústrias a fincar no chão, / A sonda que vai ver, da terra lá no fundo, / Petróleo e ouro e mica e manganês, bauxita, / A pedra, o cobre e a prata, estanho ou maralva,

(...) É o Brasil de rebanhos ricos, de milhões. / A mugirem de Minas, altas montanhas. / É o Brasil onde a paz excede os corações. / A força de vencer ataques vis, estranhas, / Idéias... Que repele, em ondas de civismo, / O avanço indesejável do materialismo.

Não é o Brasil de cocar e de chapéu de couro, / Analfabeto, sereno e descuidado. / É o Brasil que hoje estuda e tem no livro ouro, / A luz do seu viver sabendo-se invejado, / É o Brasil que mantém nos céus, no mar, na terra, / Soldados para a paz, soldados para a guerra!

É o Brasil que Deus fez do mundo o coração, / Transbordante de amor, na mais viva acessão! / É o Brasil do presente, à luz que se promete / de um porvir grandioso, eloqüente, altaneiro, / É o Brasil que passou por trinta e trinta e sete, / É o Brasil de Getúlio. É o Brasil Brasileiro!

Alagoínhas, junho de 1942

JOÃO DE CASTRO

(CASTRO, João de. "Brasil, Brasileiro". *Correio de Alagoínhas*.

Alagoínhas, 01 de julho de 1942. Ano XXXVI. Num. 1663.).

O poema de João de Castro, publicado pelo Jornal *Correio de Alagoínhas* no ano de 1942, quando ele era diretor redacional desse periódico resume, em algumas palavras, como foi feita a propaganda do Estado Novo na cidade de Alagoínhas pelos integrantes da imprensa.

São muitos os aspectos reveladores dessa propaganda. Primeiro, é um poema que exalta o "Estado Forte" e a figura de Getúlio Vargas, legitima dois momentos

* Universidade do Estado da Bahia. Mestranda em História Regional e Local. Bolsista FAPESB.

políticos decisivos para o Brasil, 1930 e 1937, menciona o processo de intensa industrialização do país, bem como a descoberta do petróleo e o avanço da aviação, combate as “idéias estranhas” e o materialismo, reconhece a imposição da ordem e do trabalho para despertar quem repousava no leito do ócio e do vício, combate o atraso do cocar e do chapéu de couro, e combate ainda o analfabetismo, enaltecendo o livro, fonte do ouro, da riqueza. É um poema que fala do povo “mais feliz do mundo”!

Foi um poeta alagoinhense nascido em 1906 quem o escreveu. “Intelectual vigoroso”, “poeta inspirado”¹, que naquele ano exercia a função de diretor de redação do jornal de maior referência da cidade. Além de assumir a redação desse Jornal, João de Castro mantinha estreitas relações com a política local. Em 1943 foi nomeado Secretário da Prefeitura Municipal na gestão do seu cunhado, Carlos Cunha, que nos anos de 1941 e 1942 exerceu o cargo de presidente da Cooperativa de Educação e Cultura, a antiga Escola Normal da cidade.

Através deste vínculo João de Castro participou ativamente da vida escolar desta Instituição, sendo convidado por várias vezes a fazer campanhas para arrecadar recursos e organizar festas cívicas para a referida Cooperativa². Além disso, era presença constante nos bailes promovidos pela Escola. Como se pode notar, João de Castro tinha a prerrogativa de atuar nos variados espaços alagoinhenses. Na imprensa, nas Escolas e na Prefeitura, além do espaço religioso, já que era espírita, João de Castro buscou, como um homem de letras, difundir a sua ideologia, e ao que parece foi bem aceito entre os conterrâneos.

Em quase todas as edições do *Correio de Alagoinhas* em que ele atuava como diretor de redação é possível encontrar muitas matérias, largamente elogiadas pelo meio estudantil, em prol do “Regime Vargas” a exemplo de “Exortação” (*Correio de Alagoinhas*, 31 de agosto de 1941), “Estás de Pé Brasil” (*Correio de Alagoinhas*, 20 de junho de 1942), “Brasil Brasileiro” (*Correio de Alagoinhas*, 01 de julho de 1942), e “Patriotismo” (*Correio de Alagoinhas*, 11 de Julho de 1942), onde podemos ler frases do tipo: “Getúlio, homem forte da nação, destemido, abnegado, justo e bom”

¹ Salomão de Barros, em descrição de João de Castro na obra *Vultos e Feitos do Município de Alagoinhas*. Ver referências bibliográficas indicadas no final do texto.

² No ano de 1942, por exemplo, ele foi chamado a fazer um poema de apelo ao ex-alunos da Escola Normal para que doassem material de construção para o alicerce do novo prédio da Escola. O poema intitulado *Dos que daqui saíram, a gratidão se deve a base deste novo templo*, se refere à campanha como algo nobre, patriótico, bem brasileiro.

(patriotismo), ou “O Brasil tornou-se o país feliz, ativo e independente”(Brasil, Brasileiro), ou ainda poemas justificando a entrada do Brasil na Guerra como é o caso da matéria de primeira página de nome “Estás de Pé Brasil!”.

Tal como João de Castro, figuras como Salomão de Barros, Antônio Martins de Carvalho Junior, Carlos Cunha, Saturnino Ribeiro, Alcindo de Camargo, João Pinho, Gilberto Guimarães, Maria Feijó, entre outros nomes, foram pessoas vinculadas a no mínimo, duas instituições influentes na cidade. Entre Partidos políticos, postos dirigentes na administração local, entidades e instituições culturais e educacionais públicas ou privadas, Clubes sociais e Cooperativas, estas pessoas se constituíram em porta-vozes de uma elite alagoinhense.

A partir de 1930, sobretudo com o Golpe de 1937 e a implantação do Estado Novo, percebe-se que em Alagoinhas as relações entre esta elite estreitaram-se. Governo/imprensa/escola caminhavam juntas com o objetivo de forjar para a cidade um alinhamento ao novo sistema de governo implantado no país. A partir de uma espécie de “rede de sociabilidades”, identifica-se no revezamento da gestão de espaços públicos e privados, como a Prefeitura, a imprensa e as escolas, sujeitos que de alguma maneira partilhavam dos mesmos ideais de governo.

Cabe ressaltar que a questão educacional já era colocada como pauta de debate pelo grupo dirigente e pela imprensa local desde o final da década de 1920. A partir do ano de 1929, por exemplo, na esteira de publicações do Jornal *Correio de Alagoinhas* há uma intensa movimentação de matérias de cunho educativo. Entre outras motivações que pudessem estar por trás disso, podemos pensar que a transformação de fatos educativos em notícias revela um interesse, seja da direção, do redator, dos colaboradores ou do conjunto que forma o jornal como um todo em conferir visibilidade à educação.

Sem perder de vista toda a campanha que já vinha ocorrendo em nível nacional, principalmente pelo movimento da “Escola Nova”, em Alagoinhas, a questão escolar passou a ser associada diretamente com os princípios de modernização e desenvolvimento, já que o analfabetismo era associado ao atraso do povo brasileiro. Neste ano de 1929, em especial, os jornais relataram as atividades escolares com minúcia, seja através da organização de festas cívicas, seja pela implantação e irregularidades do Caixa escolar e a reivindicação por escolas nos distritos da cidade, ou

ainda pelas novas idéias da “Escola Moderna”, que ganhou, inclusive, um espaço para sucessivas matérias sobre esta questão no jornal *Correio de Alagoinhas*.

Ao conferir visibilidade à educação, a imprensa legitimou as escolas como instância indispensável aos alagoinhenses. Ao publicar matérias de cunho pedagógico, palestras de professores, festas e outros eventos que envolviam o corpo escolar e produziam a educação como notícia, os idealizadores dos jornais pretendiam plantar a semente da mudança no conjunto de idéias de seus conterrâneos. Além de uma visão otimista e bem sucedida do que seria a cidade com o povo alfabetizado, estas matérias visavam ainda a adesão da população à causa que defendiam.

É neste sentido, que em 1930 quando é inaugurado em Alagoinhas o Ginásio e Escola Normal, a imprensa local faz uma larga cobertura do evento e revela através de suas matérias, que a implantação daquela Escola já era algo previsto, necessário, bem ao modo do que assinalavam suas publicações ao longo do ano anterior. Sobre a inauguração do Ginásio, o *Correio de Alagoinhas* externaliza:

A notícia quase não surpreende. É que guardamos ainda da cidade de Alagoinhas, que Ruy Barbosa chamou de “porta dos sertões”, a impressão daquela magnífica parada de colegiais verificada no dia seguinte ao da instalação da luz elétrica. Ali, ficamos sabendo ser uma verdade o ensino primário nessa cidade, e, de logo, notamos a necessidade de um estabelecimento ginásial para o aprimoramento de sua juventude estudiosa (Matéria não assinada. Correio de Alagoinhas. Alagoinhas, 13 de Setembro de 1930. Ano XXV, n.1200. Grafia atualizada).

Como se pode notar, a imprensa divulgava que já havia previsto aquele momento, pois já havia plantado na sociedade alagoinhense a semente daquela necessidade. Sendo assim, quais interesses poderiam estar por trás de tamanho empenho? A quem poderia favorecer a abertura de novas escolas na cidade, sobretudo uma escola de formação de professores?

São inúmeras as possibilidades de investigar sobre estes aspectos. Os desdobramentos propostos neste texto acerca desta relação são, pois, apenas uma consideração possível, que carece, inclusive de estudos interlocutores.

Um primeiro aspecto a se observar são os espaços sociais ocupados pelos sujeitos que compunham esta imprensa. O *Correio de Alagoinhas*, por exemplo, desde a sua fundação, em 1905, abrigou como redatores sujeitos que mantinham relações diretas com as causas pedagógicas. O primeiro redator do jornal, João da Costa Chagas Filho foi diplomado pela Faculdade de Direito da Bahia. Entre os anos de 1912 a 1918, a

redação do jornal foi assumida por Áurea Dias Farani, diplomada pela antiga Escola Normal da Bahia. Além destes, estiveram ainda ocupando este cargo alguns professores de curso secundários como Antonio Maciel Bonfim, Theodoro S. Filho, entre outros.

Além disso, os demais órgãos de imprensa que circulavam na cidade como *O Popular* e o jornal *Nossos dias* também acolheram sujeitos ligados às causas educativas. *O Popular*, fundado em 1925 foi dirigido por Salomão de Barros, o primeiro diretor da Escola Normal e mantinha no cargo de redator o Sr. João Pinho, um dos fundadores do Elegante Clube, do Tiro de Guerra e também criador da letra do hino da cidade de Alagoinhas. Além destas funções, o redator ocupava o cargo de Secretário da Prefeitura após a vitória das forças revolucionárias de 1930.

O Jornal *Nossos Dias*, por sua vez, foi editado por Gilberto Guimarães a partir de 1935, e em 1936 ele recebia o Diploma Pela Escola Normal da Bahia. Portanto, são evidentes as motivações que levavam à publicação de tantas notícias sobre a educação. Havia ao que parece, um encontro de interesses entre a Imprensa e a Escola, que por sua vez se estendia à administração municipal, visto que além do prestígio social proporcionado pela colaboração em jornais, a sociedade enxergava nesses sujeitos ditos intelectuais, legítimos representantes para o ingresso na política e nos cargos públicos. Formava-se daí a rede de sociabilidade a qual esse texto faz referência.

Embora não agregasse indivíduos com a mesma linha política, condição social ou religião, a idéia que esses indivíduos tinham da educação como meio de transformação social conduziram-nos, em alguma medida, a se tornarem, no pós 30, e em especial depois de 1937 os interlocutores do “Regime Vargas”.

Como a escola foi a principal, mas não a única Agência incumbida da missão de educar os cidadãos encontrou na imprensa representada pelos jornais, revistas e o rádio, um parceiro eficaz na instituição dos novos códigos sociais. Escola, imprensa e políticos comungavam de um mesmo ideal civilizatório e por isso compartilhavam o quadro militante. Os “homens de letras”, chamados em Alagoinhas de intelectuais, poderiam ser dirigentes de jornais e escolas e acumular cargos públicos, ao tempo em que professores poderiam ser redatores, militantes políticos, etc.

Outro aspecto que se nutre dessa relação está no fato de que o jornal depende da escolarização para se manter, ampliar seu quadro de leitores e se consolidar no mercado. Afinal, um jornal é uma empresa e como tal precisa ser economicamente viável, algo

que seria possibilitado por um possível aumento de assinaturas dos novos leitores alfabetizados. Por outro lado, a Escola também obtinha benefícios do fato de virar matéria nos jornais, principalmente porque estas matérias lhe conferiam visibilidade e prestígio.

À luz dessas observações podemos pensar nos objetivos comuns para escola e imprensa que motivaram a formação dessa “rede de sociabilidades”. Jornal e Escolas, ao lado da administração municipal desenvolveram inúmeras ações em nome do progresso e da civilização de Alagoinhas, prevendo, sobretudo, a sobrevivência institucional de si mesmas. Acusações ou indiferenças não eram economicamente viáveis para nenhuma delas. Além disso, era também objetivo desse corpo de indivíduos que integravam os jornais, que mais escolas fossem abertas visando, sobretudo, garantir posições econômicas favoráveis, uma vez que a profissão de “intelectual” somente, não garantia a sobrevivência e a manutenção da família. Justifica-se, portanto, o interesse por outros campos de atuação.

As escolas, sob esta ótica, teriam triplo papel, primeiro viria suprir uma demanda que realmente existia na cidade em relação ao ensino formal, segundo, seria mais uma opção de trabalho para aqueles que em outrora fizeram investimentos para formação do magistério na Capital, e estavam como mão-de-obra excedente em Alagoinhas e, por fim, servia aos interesses políticos, tanto na questão da propaganda do governo quanto às manobras políticas que se faziam a partir de nomeações de professoras e funcionários, transferências de cadeiras, pedidos de concessão de bolsas aos conchavos políticos, entre outras solicitações escusas onde o prefeito era sempre beneficiado.

Como se vê, o alinhamento entre escola, política e imprensa em Alagoinhas não ocorreu somente com a implantação do Estado Novo, mas foi a partir dele, que o sistema educativo local passou a servir aos interesses do governo de forma mais objetiva. De acordo com o *Relatório de Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Alagoinhas*, relativo ao período administrativo de 29 de novembro de 1937 a 31 de dezembro de 1938, o prefeito Antônio Martins de Carvalho Junior, refere-se à imprensa nos seguintes termos:

A imprensa local, patrioticamente inspirada no desejo incontido de bem servir ao Município tem orientado muito dignamente o Governo Municipal (...). Os três semanários locais, “O Popular”, “Correio de Alagoinhas” e “Jornal de Alagoinhas”, são sinceros defensores de nossas prerrogativas e do nosso engrandecimento moral, material e intelectual, a eles, pois, o nosso cordial agradecimento, na cooperação eficiente que tem

dispensado, e que certamente continuarão a dispensar à administração.
(Relatório Municipal da Prefeitura de Alagoinhas. Exercício de 1938, p.24.).

O elogio direcionado aos órgãos de imprensa não era sem pretensão. Como reconhece textualmente o prefeito,

(...) Já se afirmou que a imprensa 'é o quarto poder do estado'. Essa afirmativa tem a sua razão de ser, pelo menos neste Município, onde se constata a atividade de um jornalismo digno, honesto e amante da terra em que milita, sem desregramentos nem exageros, pautando sempre dentro de si u'a moral esta função por todos os títulos elogiada. (Relatório Municipal da Prefeitura de Alagoinhas. Exercício de 1938, p.24.).

Ambas as afirmativas podem ser facilmente constatadas quando se observa as edições dos referidos jornais entre os anos de 1938 a 1945.

Com base nesta análise, pode-se inferir sobre a importância da imprensa como ferramenta indispensável à consolidação do novo sistema de governo na cidade de Alagoinhas. Servindo de ponte de comunicação das novas orientações sociais e os demais setores da sociedade, o jornalismo local empenhou-se tanto na disseminação das idéias do então presidente Getúlio Vargas, que em sua 13ª edição, em 15 de março de 1939, a redação do *Jornal de Alagoinhas* publicava uma carta recebida de um leitor anônimo denunciando a falta de crítica do periódico. Diz o texto:

Temo, meu caro, que no seu conceituado jornalzinho, tão colorido e efunado de panegíricos aos homens de bem, não haja lugar para um elogiosinho nos maus. Aliás, ao que sabemos, da analogia dos contrários, é que resulta o ritmo cosmogônico nos astros. (...) O próprio dom do discernimento seria desnecessário, se não sobreexistisse princípios antagônicos... (“Carta Aberta ao Pepe”. Autor não identificado. *Jornal de Alagoinhas*, 15 de março de 1939. Ano I, n. 13.).

Essa falta de crítica, denunciada pelo leitor parece ter sido uma regra não apenas nos jornais de maior circulação e importância na cidade, como era o caso do *Correio de Alagoinhas*, *O Popular* e o *Jornal de Alagoinhas*, como também foi característica de edições de menor fôlego e importância, tais como *A voz da mocidade*, *Revista Dominó*, *O Colegial*, entre outros periódicos editados por jovens estudantes cujo lema “crítico”, “humorístico” e “literário” quase sempre voltava a crítica para amenidades sociais, tratando com cautela e esporadicamente assuntos políticos.

No entanto, para o entendimento de como se processava essa propaganda, não podemos perder de vista o contexto político que estava por trás dessa aparente acriticidade da imprensa alagoinhense. O primeiro fato a ser destacado, é que neste

período a imprensa estava, desde a Constituição de 1937, subordinada ao poder público. Antes disso, porém, já se percebe um processo de cooptação dos órgãos de imprensa pelo Governo Vargas. Havia desde 1930, o interesse em estreitar as relações com os indivíduos direta ou indiretamente ligados aos jornais, visando, sobretudo, a difusão da nova concepção de nação que o Estado produziria para o conjunto da sociedade.

Tendo assumido o Governo provisório em 1930, Getúlio Vargas deparou-se com um país em ascensão, ainda que incipiente, do campo industrial, cujo período os historiadores denominam de “substituição das importações”. Segundo esta interpretação, a crise cafeeira no Brasil, reflexo da crise mundial na década de 1920 deslocou, em razão da baixa do preço do café, os investimentos para outros ramos de produção, especialmente a produção de bens de consumo que eram importados anteriormente.

Essa mudança alterou de maneira significativa a estrutura social do Brasil, uma vez que, com o enfraquecimento do poder econômico dos cafeicultores e o fortalecimento de outros grupos econômicos, a exemplo de uma nova burguesia urbano-industrial, houve reorganização do poder estatal e, conseqüentemente, da sociedade civil do Brasil.

Com a vitória da “Legião de Outubro” em 1930 houve acentuada preocupação dos dirigentes em assegurar o crescimento dessa produção através de um Estado Interventor. Este mesmo Estado, preocupado com o “engrandecimento do Brasil”, propunha a defesa contra um “imperialismo material e espiritual” com base nas idéias do nacionalismo.

Por sua vez, a inclinação para o nacionalismo perpassava o plano econômico e alcançava o plano da cultural. A cultura passou a ser concebida em termos de organização política.

Em resumo, assumia-se uma postura de redefinição das relações econômicas externas como forma de viabilizar a expansão das forças produtivas nacionais, que se ampliava como busca de autodeterminação a nível político. (...) A orientação no sentido de resguardar os recursos nacionais refletia-se também, no plano da produção cultural, através de uma intensa preocupação e curiosidade para com temas e problemas especificamente brasileiros. (GARCIA, 1982:62.).

É esse novo modelo de pensar o plano cultural, que acolhe a imprensa e as escolas como meios eficaz de reorientação social. Para levar adiante esse projeto

cultural de nova nacionalidade, o Estado estreita os laços com os intelectuais, aos quais caberia não apenas criar os aparatos culturais da nova nação, como também os meios de obtenção do consenso dos demais atores sociais.

Os intelectuais, ao lado das instituições governamentais, tinham o papel de difundir os projetos do novo Governo, entre eles, o educativo que ganhou evidência dentro desse plano, funcionando como uma espécie de propaganda do Regime.

De acordo com Mônica Velloso, o projeto educativo do Estado Novo envolvia dois níveis de atuação e estratégia. O primeiro situava-se no âmbito de atuação do próprio Ministério da Educação e Saúde, e o segundo referia-se ao Departamento de Imprensa e Propaganda.

(...) Entre estas entidades ocorria uma espécie de divisão de trabalho, visando atingir distintas clientelas: o ministério Capanema voltava-se para a formação de uma cultura erudita, preocupando-se com a educação formal; enquanto o DIP buscava, a partir do controle das comunicações, orientar as manifestações da cultura popular. (VELLOSO, 1982:4).

Estes campos, por sua vez, abrigavam intelectuais de diferentes naturezas. Enquanto o Ministério da Educação, na figura de Gustavo Capanema dialogou com os modernistas, o DIP, representado por Lourival Fontes reunia um grupo de intelectuais centralistas e autoritários. Se por um lado, para difundir a nova idéia de nação, o Ministério da Educação e Cultura nacionalizou o ensino primário, tornou obrigatória a educação em língua portuguesa, editou e imprimiu livros e materiais didáticos de caráter nacional e tornou o ensino de História referência no currículo escolar para criar uma identidade nacional coletiva, por outro, o DIP criou o Instituto Nacional do Livro, o Serviço Nacional de Teatro, o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Instituto Nacional do Cinema Educativo e vários museus para impedir a evasão de bens culturais do país, e, sobretudo, cuidou para que a imprensa e as escolas educassem a sociedade no sentido de manter relações harmônicas com o Estado.

Embora se perceba um movimento voluntário da imprensa de Alagoinhas para com as concepções estadonovistas, não devemos ignorar esses aspectos, ao analisar o material produzido pelos jornais locais à época do Estado Novo. Há uma adesão quase que unânime dos jornais locais ao novo sistema político que se mostrava desde a exortação a Getúlio Vargas até o chefe político local.

Tal como a imprensa, as escolas estavam envolvidas e subordinadas ao projeto de nacionalização do governo Vargas. No mesmo Relatório em que se elogia a imprensa

pela sua colaboração ao Estado, o prefeito Antonio Martins de Carvalho Junior não deixa de mencionar o apoio dispensado pelos estabelecimentos escolares no ano de 1938, sobretudo, pela participação em festas cívicas:

Durante essas solenidades destacaram-se o dia do trabalho, quando inauguramos, no salão nobre do paço Municipal, o retrato do grande brasileiro, o Dr. Getúlio Vargas, presidente da República, e o dia da Pátria, (7 de setembro) pela magestosa parada do batalhão e de todos os colégios da Sede. (Relatório Municipal da Prefeitura de Alagoinhas. Exercício de 1938, p.23.).

Ainda em referência à instrução pública há informações de que a partir da *Concentração Econômica* realizada na cidade de Santo Antônio de Jesus, e de acordo com as atribuições facultadas pelo decreto de nº 10.815 de 1º de julho de 1938 criaram-se cinco escolas denominadas “Escola Rural para os filhos dos pequenos lavradores do Município de Alagoinhas”.

Alem disso o prefeito fez questão de registrar a visita que Alagoinhas recebeu do Interventor da Bahia, Landulfo Alves de Almeida e o Secretário de Educação e Saúde, seu irmão Isaías Alves. Segundo consta no Relatório, o Colégio e a Escola Normal estavam na relação dos lugares de maior importância a serem visitados, o que rendeu algumas solicitações para melhorias na estrutura do estabelecimento e funcionou como uma via de fortalecimento do regime recém implantado.

Durante esta visita houve uma grande preocupação do prefeito em passar a imagem de uma Alagoinhas parceira do Regime Vargas. A fala do prefeito que podemos analisar no fragmento abaixo é bastante esclarecedora:

Felizmente, Exmo. Snr. [Landulfo], ao assumir o governo deste importante Município tive a grata satisfação de ver todos os valores morais desta boa terra se congregarem para a obra patriótica do seu engrandecimento, tendo a fortificar essa ação dos seus grandes homens o apoio firme, leal e dedicado de toda a população que assim procedendo não está somente apoiando o conterrâneo obscuro, mas, dando uma prova real de sua dedicação, de seu amor a este rincão generoso em que vivem e prosperam.

O governo operoso, ordeiro, prudente e digno de V. Exa., tem sabido prestigiar essa ação do nobre povo de Alagoinhas. (Relatório Municipal da Prefeitura de Alagoinhas. Exercício de 1938, p.20.).

Na década de 1940, percebe-se uma intensificação dessa relação. Por parte da prefeitura são organizadas festas pomposas e honorárias nas quais as escolas eram convidadas a impressionar através de eloquentes discursos de professores e alunos, desfile no estilo militar, etc. Comemorava-se tudo o que podia mobilizar as pessoas nas

ruas: o aniversário de Getúlio, o aniversário de Rui Barbosa, a inauguração de uma rua, ou uma ponte, o dia da Árvore, a visita de alunos ou religiosos de uma cidade vizinha, a posse do prefeito, entre outros aspectos. Dava-se muita importância a essas mobilizações sociais que envolviam a prática do civismo e o amor à Pátria e onde a imprensa estava sempre presente para fazer o devido registro.

Sabe-se, contudo, que estas comemorações faziam parte da programação pensada para a *Juventude Brasileira*, organização cultural criada por Gustavo Capanema em março de 1940. As comemorações promovidas pelos escolares de todo o Brasil a partir desta data ficaram subordinadas a esta Instituição sendo punida com veemência pelo ministro da educação e saúde qualquer atividade que não tivesse prevista no calendário oficial da mesma.

Um ano depois à organização da *Juventude Brasileira*, o Ginásio e Escola Normal, que até então era dirigido por Alcindo de Camargo foi transformado em Cooperativa de Educação e Cultura, passando à direção de Carlos Cunha e tendo como Secretário Salomão de Barros. Seguindo as novas orientações traçadas pelo Ministério da Educação e Saúde, sobretudo a respeito da formação do jovem brasileiro, Carlos Cunha muda o estatuto da Escola. Proporcionar aos estudantes os meios de aperfeiçoamento moral e cultural, ampliar as normas da moderna pedagogia escolar, estimular os estudantes a desenvolver a prática do civismo, da educação moral e física, do gosto artístico e da boa sociabilidade, organizar linhas de tiros para instrução militar, e promover paradas escolares e comemorações cívicas, contavam como prioridade do novo estatuto.

No ano de 1941 consta no relatório da referida Cooperativa que a Escola havia comemorado, condignamente, todas as datas cívicas, e na Sessão de 19 de Abril, em homenagem ao dia da Juventude e ao aniversário do presidente Getúlio Vargas foi feita larga distribuição de livros escolares e inaugurado o serviço de assistência dentária. Além disso, o Ginásio de Alagoinhas aderiu e tomou parte ativa em todas as campanhas patrióticas agitadas na cidade, notadamente no movimento “Pró- Aviação Nacional” e na “Campanha dos Metais”.

Ademais, como exemplos deste patriotismo foram registrados as doações que os alunos fizeram para ajudar na construção do campo de bola e até no concerto do piano da escola que se encontrava quebrado, sem contar a participação na já citada campanha

“Pró-Alicerce” cujo lema era “Dos que daqui saíram a gratidão se deve a base deste novo templo” verso de João de Castro que, aliás, encampou na cidade, através do Jornal *Correio de Alagoinhas* a “Campanha pró-metals” que registrou a participação de uma camada significativa de alunos e professoras conforme fragmento citado.

Quanto à Escola Normal, ainda não foi possível identificar os relatórios referentes aos anos de 1943 a 1945, o que cria uma lacuna nestes anos do estudo acerca das medidas tomadas por esta Instituição em relação ao Governo Vargas. No entanto, algumas matérias publicadas no jornal *Correio de Alagoinhas* entre 1943 e 1945 mostram que a Escola Normal manteve a participação em festas cívicas com assiduidade, conforme se vê na matéria publicada:

*Entre as festividades com que se comemorou a passagem da gloriosa data baiana ao 02 de julho, teve particular destaque a passeata cívica levada a efeito pela “Escola Pedagógica de Alagoinhas”, com a solidariedade da Imprensa e do povo de nossa terra... (“O Dois de Julho”. Matéria não assinada. *Correio de Alagoinhas*. Alagoinhas, 14 de julho de 1943. Ano XXXVIII, n. 1693.).*

Ademais, ao anunciar as festividades programadas para a Primavera e a *Semana da Criança* na edição de 04 de outubro de 1943, bem como ao transcrever um discurso feito por João de Castro no dia 07 de setembro do mesmo ano, o referido jornal atesta mais uma vez a participação das escolas nestes eventos. Na primeira matéria, por exemplo, alega-se que as festividades foram elaboradas através da parceria entre Prefeitura e Escolas, e afirma-se que o programa teria sido uma “testemunha eloqüente de que unida a mocidade das escolas ainda pode fazer vibrar de civismo e de alegria nossa gente” (CASTRO. João de. “Semana da Criança. *Correio de Alagoinhas*. Alagoinhas, 04 de outubro de 1943. Ano XXXVIII, n. 1698.).

Sabe-se, que somente no ano de 1945, com a extinção da *Juventude Brasileira* é que as festividades cívicas junto as escolas deixaram de se ser promovidas pelo Estado, o que nos dá um indicativo de que elas continuaram a existir, sobretudo porque Carlos Cunha ao deixar a direção da Escola em 1943, assume o cargo de prefeito no município, mantendo porém, o vínculo com a Escola, sobretudo porque a sua filha, Joanita da Cunha era normalista do estabelecimento.

As comemorações promovidas pelas escolas como a festa do *Dia do Trabalho* e a *Semana da Pátria* se configuraram como espaço de exaltação do patriotismo, do

nacionalismo e principalmente, como espaço de propaganda política durante o Estado Novo. Por conta deste aspecto, o investimento do Governo Vargas no sistema educacional, com a cooptação de intelectuais, criação de um Ministério, e a efetivação de uma série de reformas no ensino foi de fundamental importância para forjar a Escola como um instrumento útil para construção de um projeto de nação.

Ainda que o investimento financeiro não tenha sido a contento e destinava-se à demandas específicas, esse projeto no setor educacional reclamou um investimento maciço de idéias de civismo, trabalho, cidadão, patriotismo, sacrifício e etc., que envolveu tanto os ideólogos do Estado Novo e seus dirigentes, quanto professores e crianças que viveram com maior intensidade as mudanças no cotidiano da escola.

Nesse “Estado modelo”, a escola teria a finalidade de servir como base da nação e as outras agências de ensino chamadas a promover a educação informal como o rádio e a imprensa através da publicação de revistas e jornais teriam esta mesma finalidade, abrangendo não somente o público escolar, como também os sujeitos que estavam fora do sistema formal de ensino, ou que faziam parte do quadro evasivo deste.

Como se pode perceber, pelas matérias dos jornais citados neste texto, por sucessivos anos as atividades escolares não perderam essa característica impressa pelo Estado Novo de entusiasmo patriótico. Ainda que 1945 date o fim deste regime de governo, a educação e a imprensa continuaram como arenas de disputas na política brasileira seja pela ratificação das mudanças propostas neste período ou pelo combate à elas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Salomão Antonio. *Vultos e feitos do Município de Alagoinhas*. Salvador: Artes Gráficas e Ind. LTDA, 1979.

BOMENY, Helena Maria Bousquer. *Os intelectuais da educação*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2003.

_____. “Três decretos e um Ministério: a propósito da educação no Estado Novo”. In: PANDOLFI, Dulce. *Repensando o Estado Novo*. (Org). Rio de Janeiro: Ed. Getúlio Vargas, 1999. Disponibilizado em : <http://www.FGV/CPDOC.fgv.br>.

FRAITAG, Bárbara. *Escola, Estado e Sociedade*. 4 ed. Rev. São Paulo: Moraes, 1980.

GARCIA, Nelson Jahr. *Estado Novo, Ideologia e Propaganda Política: a legitimação do Estado Autoritário perante as classes subalternas*. São Paulo. Ed. Loyola, 1982.

SCHWARTZMAN, Simon. *Estado Novo, um Auto-Retrato*. Brasília, FGV/CPDOC/FGV. Editora Universidade de Brasília, 1983.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *Os intelectuais e a política cultural no Estado Novo*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987.

_____. “Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual”. In: OLIVEIRA. Lúcia Lippi; VELLOSO. Mônica Pimenta; GOMES. Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro. Zahar Editores. 1982.